

#### REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO

Ata 06/2018 – Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezoito, reuniram-se no Núcleo de Tecnologia da SEMED, os membros do Conselho Municipal de Educação: Ana Lucia Rodrigues, Patricia Coraleski Pereira Francisco, Raquel Santana, Claudia Mara de Almeida Pereira, Chayane E. Costa, Eliane R. F. B. dos Santos, Lucia Valente Schuster, Elmari Moreschi, Fábio Braun, Regina Sueli Lorenço, Rosiany S. Lisboa Araújo, Rogéria Costa de Souza, Karen C. Z. Quadrado, ainda estiveram presentes o Sr. Biberson César da Silva representante da sociedade civil e o Sr. Cássio Joaquim Moletta representante da Câmara Municipal de Vereadores, para 6ª Reunião de Pleno do ano vigente, tendo como pauta do dia: 1- Aprovação das atas 2– BNCC - 3 – CONAE Estadual 4 – Educação Especial 5 – Aprovação de Processos de Renovação de Autorização 6 – Homologação de Calendários 7 – Convênio Centro de Cultura 8 – CMEI Flor de Liz 9 – Convidados 10 - Leitura das correspondências; A presidente deu boas vindas a todos os presentes passou a pauta 1 – solicitou à secretária que procedesse a aprovação das atas. A secretária explicou que passará a ata nº 3 em que o nome da Conselheira Karen estava incorreto e agora já foi corrigido para que todos assinassem, explicou também que a ata já foi aprovada anteriormente. A ata nº 4 foi enviada por email para apreciação de todos, questionou se havia alguma alteração, todos aprovaram a ata enviada. Procedeu a leitura da ata nº 5, houve alterações por parte das conselheiras Ana Lucia e Claudia, ambas apontarão as alterações e enviarão para adequação. Item 3. Ana informou que a CONAE Estadual que aconteceria nos dias 07, 08 e 09 de agosto e foi transferida para o final do mês de agosto e que todos serão informados da data. Item 4. Ana solicitou que a conselheira Karen iniciasse a explanação sobre o questionamento da Conselheira Rosiany. A conselheira Elmari pediu a palavra e colocou sua preocupação sobre a terminalidade dos estudos, no Ensino Fundamental I, dos alunos da educação especial e EJA que freqüentam a Escola Madre Paulina, porque a unidade de ensino só atende até o 2º ano. Explicou que a criança inicia o fundamental aos 5 anos e encerra aos 16 anos, contudo na unidade em questão o aluno permanece sempre no segundo ano, independente da idade que tenha. Karen explicou que quando as escolas recebem alunos da Educação Especial de outras unidades ou municípios, o departamento orienta que a unidade organize esta criança o mais próximo de seus pares, adequando as idades. A presidente sugeriu que este assunto seja levado à Câmara do Ensino Fundamental e Educação Especial para discussão e estudo, todos os presentes concordaram. A presidente solicitou que a conselheira Karen prosseguisse com a explanação sobre os projetos do Departamento de Educação Especial no que se refere à inclusão para o município. Karen realizou uma breve explicação dizendo que o município presa pela educação inclusiva, visando equidade e igualdade, que sempre se apóia na Constituição Federal, Lei 7.853/89, LBI 13.146/15, explicou ainda que o município oferece profissionais de apoio à inclusão, sendo: 19 educadores, 79 estagiários no ensino fundamental I e 50 estagiários na educação infantil. Afirmou que a prática da Educação Inclusiva pressupõe que o professor, a família e toda a comunidade escolar estejam convencidos de que o

objetivo da Educação Inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade, que cada aluno é diferente no que se refere ao estilo e ao ritmo da aprendizagem. Demonstrou através de gráfico que houve um crescimento de 1,85% de alunos de 2011 à 2018 no município e que houve um crescimento no atendimento nas Salas de Recurso Multifuncionais de 392,19 no mesmo período. Mencionou ainda os serviços oferecidos hoje pelo município: Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – CEMAEs, Escola Municipal Madre Paulina Ed. Infantil e En. Fund. na Modalidade Educação Especial, Centro Municipal Especializado de Avaliação e Estimulação Precoce Professora Marilene Scrippe – CAEP, Centro Municipal de Educação Especial para a Iniciação ao Trabalho Professora Zophia Petronela Socoloski Sade – CEMITRA, Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Anne Sullivan, Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Bilíngue para Surdos Dom Pedro II, Serviço de Atendimento Educacional Especializado - Pedagogia Hospitalar, Serviço de Atendimento Educacional Especializado - Pedagogia Domiciliar e o atendimento educacional especializado, perfazendo, 32 escolas com salas de recurso multifuncionais, 09 professoras 40 horas e 13 professoras 20 horas. Mencionou ainda as ações realizadas em 2017, assessoramento: estagiários e educadores, assessoramento: estagiários e educadores com profissionais da Saúde, palestra: Autismo - Profª Maria Elisa G. Fonseca, assessoramento Área da Surdez – CAE Dom Pedro II, formação de Altas Habilidades/ Superdotação para profissionais da educação, assessoramento do CEMAEs com as unidades de ensino, assessoramento do CAEP as unidades de ensino, reuniões com as professoras de Salas de Recursos Multifuncionais. Passou então para as ações que já foram iniciadas e que acontecerão no ano de 2018: formação em Libras – Escola Pedro Fuss e Escola Especial Ilza de Souza Santos, formação Coensino – Profª Dr. Iasmim Zunchi Bouri, assessoramento do CEMAEs com as unidades de ensino, assessoramento do CAEP as unidades de ensino, reiterou que a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o Departamento de Educação Especial se preocupa muito com o ensino especial no município e que estão em constante estudo e pesquisa para trazer e realizar o melhor para esta categoria de estudantes, visando sempre atender bem sua clientela. Colocou-se à disposição bem como o departamento para outros esclarecimentos que se fizessem necessário. Rosiany pediu a palavra e mencionou que questionou sobre qual é o planejamento do município para o futuro em relação à inclusão, porque se preocupa com o auxílio aos estudantes de inclusão, hoje quem o faz é o estagiário e que este ainda não tem formação adequada para atendê-los, afirmou que não é contra ter o estagiário na escola e fez referência ao filme “Philadelfia”, que reflete o papel do estagiário, reafirma a necessidade de um profissional qualificado realizar este atendimento e que hoje os estagiários ainda não estão preparados para tal ocupação. Passou-se então ao item 5 e 6, a secretária realizou a leitura do parecer 024/18 do Centro de Educação Infantil Espaço Kids que protocolou o pedido de Credenciamento da Unidade de Ensino para a oferta da Educação Básica e Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, bem como, a homologação do calendário letivo ao Colégio Top Gun Ensino Médio Ltda – EPP, ambos os documentos foram aprovados por todos os presentes. A presidente passou a palavra ao Sr. Cássio, o qual informou que retomou seus trabalhos junto à Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais, no gabinete do vereador Bira

do Banco, e se coloca à disposição deste Conselho quando seja necessário. Passou-se à pauta 7 – a presidente Ana Lucia explicou aos conselheiros dos que se tratava o processo do Centro de Cultura Italiana, solicitou a conselheira Claudia que realizasse uma explicação mais aprofundada sobre o trâmite deste processo. A mesma explicou que se trata de um convênio que será firmado entre Prefeitura e Centro de Cultura Italiana para que os professores da rede, pertencentes ao programa PAS – Programa Ampliando Saberes, recebam formação específica na língua italiana, o curso que terá duração de um ano, os profissionais interessados pagarão uma taxa de mais ou menos 100,00 (cem reais) para participar e receberão todo material, após o término estes profissionais ministrarão aulas de italiano para os estudantes que participam do PAS, o processo foi aprovado por todos os presentes. Sr. Biberson pediu a palavra e sugeriu ampliar a discussão sobre a Educação Especial, realizando uma conferência. A conselheira Raquel lembrou que este assunto será pauta do Fórum de Educação. Biberson retomou a palavra e colocou sua preocupação quando ouviu a fala da presidente do SINSEP em uma sessão na Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais onde desconstruía o trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Educação, entende que houve desrespeito do SINSEP em relação ao trabalho desenvolvido pelo Conselho e que a presidente do SINSEP deveria valorizar mais o trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Educação. A presidente explicou que o conselho realizou o estudo e construção do projeto de lei de criação com a participação dos representantes de todos os segmentos que o compõe, além dos representantes do Observatório Social/Ministério Público e da Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais, e que sempre publicizou suas atas e pautas no portal dos conselhos. A conselheira Rogéria explicou que quando vem nas reuniões do Conselho não pessoaliza qualquer questão, que vem para estudar e discutir questões da educação. O conselheiro Fábio diz que a presidente do SINSEP deve ter cuidado com suas colocações, pois representa uma entidade. A presidente Ana afirmou sua preocupação quanto as colocações que o sindicato vem fazendo referente à elaboração da Lei de Criação, voltou a afirmar que durante a elaboração e estudo todas as sugestões trazidas pelos conselheiros representantes de todos os segmentos, inclusive do sindicato, foram acatadas, debatidas e utilizadas sempre que possível. Lembrou ainda que a elaboração e estudo da Lei de Criação terminou mais ou menos em agosto de 2017 e que em seguida, no mês de setembro foi encaminhada à Secretaria Municipal de Educação para que esta desse continuidade no trâmite, coincidentemente neste período houve a troca de gestão no sindicato e que ela entende que todo este processo de elaboração e estudo da lei deveria ter sido repassado nesta troca. A Conselheira Cláudia ainda complementou que o sindicato cobra que o Conselho realizasse consulta às unidades de ensino quanto à elaboração das leis, mas ele mesmo não consulta sua assembléia quando realiza denúncias ou faz questionamentos públicos. Item 8 – O conselheiro Fábio trouxe a reclamação de uma mãe, que tem seu filho matriculado no CMEI Flor de Liz, sobre uma confusão que aconteceu entre um pai e o dono de um veículo de transporte escolar em frente à unidade, reclamou ainda do excesso de velocidade em frente ao CMEI, solicitou ao conselheiro se haveria a possibilidade de requerer sinalização de trânsito em frente à unidade, após deliberação ficou decidido que o Conselho irá expedir ofício à Secretaria de Trânsito solicitando a instalação de placas de sinalização em frente a todas as unidades de

ensino. Item 10 – Ofícios recebidos do SINSEP Nº 243, 244 e 245 que solicitam informações sobre as assessorias prestadas para elaboração da LEI que cria e regulamentam o Conselho Municipal de Educação, cópia de todas as atas de reunião do Conselho Municipal de Educação que tratem dos debates da Lei que regulamenta e estrutura o Conselho Municipal de educação e todos os ofícios e informativos enviados as unidades de ensino convidando, divulgando e publicizando os debates sobre a lei que regulamenta e estrutura o CME, no intuito de instigar a comunidade escolar a participar dos debates a respeito da construção da referida lei, ficou decidido que será enviada resposta via ofício aos documentos citados. Correspondência do Departamento de Educação Infantil, informando o desligamento da conselheira Liara Cristina Biss, representante do departamento, já que esta não guarda mais vínculo com o segmento que representa. Ofício nº 46/18 da Escola Rural Municipal Lilian Viana solicitando a alteração do calendário letivo da data de domingo letivo referente ao terceiro bimestre, dia 23 de setembro para o dia 26 de agosto, em virtude da Caminhada da Natureza do Circuito Taquaral que está prevista para acontecer também no dia 23/09. Após deliberação todos os conselheiros presentes foram favoráveis a mudança. A presidente passou então ao item 2 – explicou que a BNCC é um programa de estado e não de governo e que será implantando em todos os estados e municípios brasileiros, que este documento será estudado e discutido nas unidades de ensino, disse também que é um documento que exigirá tempo para estudo e sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária no mês de agosto para este fim, todos os presentes aceitaram, no entanto, não foi definida uma data para a mesma. Nada mais havendo, eu Patricia Coraleski Pereira Francisco, secretária geral, encerro esta ata que será por mim assinada e os demais presentes.